



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 A vigésima sétima reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar
2 no auditório da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, av. Borges de
3 Medeiros, nº 261, 15º andar, Porto Alegre – RS, no quinta dia do mês de Dezembro de
4 dois mil e dezessete, às quatorze horas. **Conselheiros Presentes:** **Maria Patrícia**
5 **Möllmann** – SEMA – Presidência; **Nelson Stuart** – SOP – Representante; **Júlio**
6 **Cesar Porciúncula** – SEAPI – Representante; **Reinaldo Leite Gambin** – Secretaria
7 dos Transportes – Representante; **Margareth Vasata** – SPGG – Representante; **Julce**
8 **Clara da Silva** – Secretaria da Saúde – Representante; **Valquíria Chaves** –
9 Secretaria de Minas e Energia – Representante; **Carlos Alberto Andrade** – SDECT –
10 Representante; **Ricardo Núncio** – SDR – Representante; **Maj. QOEM Alberto Becker**
11 – SSP – Representante; **Sérgio Cardoso** – Comitê Gravataí; **Verônica Della Mea** –
12 Comitê Baixo Jacuí; **Alexandre Swarowsky** – Comitê Vacacaí; **Eldo Costa** – Comitê
13 Santa Maria; **Claudir Alves** – Comitê Passo Fundo; **Alexandre de Almeida** – Comitê
14 Mampituba; **João de Vargas** – Comitê Tramandaí; **Leda Famer** – Comitê Litoral
15 Médio; **André Luiz Oliveira** – Comitê Mirim São Gonçalo. **Demais Presentes:** **Júlio**
16 **Salecker** – Comitê Taquari-Antas; **Ivan Carlos Viana** – Comitê Várzea; **Valéria**
17 **Borges Vaz** – Comitê Pardo; **Adalberto Huve** – Comitê Pardo; **Raíza Schuster** –
18 DRH/DIPLA; **Patrícia Moreira** – SEMA/CRH; **Fernando Meirelles** – SEMA/DRH; **Kelli**
19 **Nascimento Andrade** – Comitê Lago Guaíba; **Mirela Ferreira** – Comitê Butuí-
20 Icamaquã; **Ivo Lessa** – Comitê Lago Guaíba; **Adolfo Klein** – Comitê Sinos; **Eduardo**
21 **Condorelli** – Comitê Negro; **Gabriel Frota** – SEMA/CRH. A Presidente **Maria Patrícia**
22 deu início à reunião saudando a todos e abriu as inscrições para os assuntos gerais.
23 **Sérgio Cardoso**, representante do Comitê Gravataí, pediu a palavra e fez breve relato
24 sobre a situação de conflitos na bacia do Rio Gravataí que envolve a produção de
25 arroz e o abastecimento público. Expõe que o conflito já vem ocorrendo há alguns
26 anos, e atualmente a situação chegou a um ponto extremo com cancelamento de
27 licenças ambientais e de outorgas de uso da água. Coloca que o Comitê esta
28 trabalhando no sentido de dirimir este conflito. Finaliza colocando que o assunto esta
29 sendo tratado e que o informe é apenas no sentido de socializar a informação. **Leda**
30 **Famer**, representante do Comitê Litoral Médio, expõe que, na bacia do Litoral Médio,
31 existe um conflito relativo à estação de tratamento de esgoto de Santo Antônio da
32 Patrulha e Osório. Devido a isso, o Comitê elaborou um grupo de trabalho para
33 acompanhar as questões relativas a outorga na Lagoa dos Barros. Cita ainda que o
34 Ministério Público criou um grupo de trabalho com o intuito de debater o assunto,
35 porém, não convidou o Comitê para participar. Portanto, expõe que a ideia é solicitar
36 auxílio ao CRH de como proceder para solicitar ao MP a inclusão do Comitê no Grupo
37 de Trabalho. **Fernando Meirelles** coloca que pode ser enviada uma correspondência,
38 via CRH, fazendo a solicitação. A Presidente **Maria Patrícia** coloca então que pode
39 ser feita uma minuta de recomendação para ser apreciada e aprovada na próxima
40 reunião. A Presidente cita então que há inclusões na pauta, que seriam uma resolução
41 de alteração do orçamento do FRH para 2017, a apresentação do Relatório Anual de
42 Recursos Hídricos do DRH e, cita ainda que na reunião do CRH de Outubro
43 encaminhou-se à CTASP a questão da regulamentação dos art. 7º, 8º, 9º e 10º da Lei
44 Federal nº 12.334/2010. Expõe que fazendo a proposta técnica para discussão na
45 CTASP percebeu-se que o Decreto Estadual 52.931 delegou à SEMA fazer o
46 detalhamento do Plano de Segurança de Barragens, do Plano de Ações Emergenciais
47 e da Atualização do Plano de Segurança de Barragens. Coloca ainda que há um prazo
48 até final de Dezembro/2017, dentro do PROGESTÃO, para fazer a regulamentação
49 das questões técnicas relativas à segurança de barragens. Portanto a proposta é fazer
50 a publicação desta primeira Portaria SEMA, que já está com minuta pronta, porém,
51 sem deixar de tratar do assunto na CTASP para possível revisão. Finaliza expondo
52 que o assunto é trazido no CRH a nível de comunicação, pois será publicada uma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

53 portaria de um assunto que está sendo tratado na Câmara Técnica. Não havendo
54 nenhuma posição contrária à publicação da portaria, a Presidente **Maria Patrícia**
55 entra, portanto, na ordem do dia. **Item 1. Aprovação da Ata da 93ª Reunião**
56 **Ordinária do CRH:** Não havendo contribuições, a Presidente **Maria Patrícia** coloca a
57 ata em regime de votação. **Aprovado por maioria, com 01 abstenção.** Antes de
58 seguir na ordem do dia, a Presidente convoca os presidentes das Câmaras Técnicas
59 para fazer os relatos das reuniões. **CTG:** A Presidente Valéria Borges da início ao
60 relato expondo que a reunião ocorreu no dia 05/10, em Santa Maria, e coloca que os
61 principais pontos debatidos foram no GT de enquadramentos e monitoramento, onde
62 está se discutindo os pontos de monitoramento e os parâmetros analisados na região
63 do guaíba, expondo que foi solicitado à FEPAM mapa com os pontos monitorados e
64 lista dos parâmetros. Outro assunto debatido foi como os Comitês de bacia estão
65 preparados para debater os assuntos relativos à definição dos critérios de outorga.
66 Expõe que a ideia é fazer uma oficina dentro da CTG junto com o DRH sobre o
67 assunto. Por ultimo debateu-se a questão da proposta de agências apresentada pelo
68 Estado. **CTL: Leda Famer**, representando a CTL, inicia o relato da CT colocando que
69 a reunião ocorreu no dia 04/12/2017 e debateu-se o plano de bacia do Litoral Médio e
70 do Mampituba, expondo que a Raíza Schuster e a Patrícia Moreira, técnicas da SEMA,
71 foram à reunião para fazer esclarecimentos sobre o assunto. Outro assunto debatido
72 foi a questão do Comitê Gestor da Laguna dos Patos, e foi retomado a proposta de
73 realização do Seminário sobre a Laguna, ficando necessário apenas definição de data
74 com o DRH. O ultimo assunto debatido foi a proposta do Termo de Parceria do Comitê
75 Tramandaí. Em assuntos gerais foi debatido a possibilidade de implantação e
76 retomada do gerenciamento costeiro dentro da região hidrográfica do Litoral. **CTU:**
77 **Claudir Alves** informa que a CTU não se reuniu antes da reunião do CRH. **CTFRH:**
78 **Claudir Alves**, Presidente da CTFRH, da início ao relato expondo que houve a
79 apresentação da prestação de contas da SOP, não tendo alteração nos valores desde
80 a reunião anterior, sendo utilizados cerca de 30,5% do valor orçado. Na prestação de
81 contas da SEMA foi executado cerca de 24% do orçado, discriminando as ações
82 realizadas. Na parte da PATRAM, foram adquiridas 19 pick-ups para fiscalização dos
83 recursos hídricos, tendo mais 6 a serem adquiridas para chegar a 25 caminhonetes,
84 sendo 1 para cada bacia hidrográfica. Na SEAPI, foi apresentada uma demanda que
85 solicitava alteração da resolução 237/2017, realizando alteração de rubricas, passando
86 recursos para as barragens de Jaguari e Taquarembó. Cita então que a CTFRH
87 aprovou a alteração, que agora precisa ser aprovada pelo CRH. Outro assunto
88 debatido foi a questão da compensação financeira aos Municípios por utilização dos
89 recursos hídricos, que há um projeto de Lei alterando os valores, reduzindo cerca de
90 20% do repasse para os Estados, passando para os Municípios. A CTFRH
91 recomenda, portanto, que se faça uma demanda da SEMA para que o percentual de
92 entrada de recursos para o Estado não seja reduzido. Foi incluído também como ponto
93 de pauta na reunião a proposta de criação de uma instância de acompanhamento dos
94 projetos que utilizem recursos do FRH. Expõe que já havia sido realizada esta
95 proposta, porém não se tinha dado andamento, portanto se demandou novamente.
96 **Patrícia Moreira** esclarece quanto à proposta de alteração da Resolução 237/2017,
97 expondo que a alteração proposta é que haja a supressão de outros projetos previstos
98 na parte da SEAPI, aglutinando os recursos nas obras das barragens Jaguari e
99 Taquarembó. Aproveitando os esclarecimentos, a Presidente **Maria Patrícia** questiona
100 se os Conselheiros tem mais alguma dúvida quanto a alteração da Resolução
101 237/2017 e, não havendo solicitações, decide colocar a alteração em regime de
102 votação. **Item 2. Alteração da Resolução nº 237/2017: Aprovado por Unanimidade.**
103 Após mais alguns esclarecimentos, a Presidente passa ao próximo item de pauta.
104 **Item 3. Prorroga o Prazo para regularização da captação de água subterrânea**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

105 **por poços existentes em área rural, mediante cadastro no Sistema de Outorga de**
106 **Água do Rio Grande do Sul – SIOUT/RS:** A Presidente **Maria Patrícia** expõe que foi
107 aprovada uma resolução autorizando o cadastramento no SIOUT dando a
108 regularidade provisória, com o intuito de mapear os poços de água subterrânea do
109 Estado para posteriormente verificar a política pública para regularização dessas
110 captações. Coloca que a ideia com a atual Resolução é de prorrogar, até o dia 07 de
111 Outubro de 2018, a regularidade das captações de água subterrânea por poços em
112 área rural, desde que cadastrados no SIOUT. **Claudir Alves**, representante do Comitê
113 Passo Fundo, coloca que este assunto foi debatido na reunião do Fórum Gaúcho de
114 Comitês e, foi elaborada proposta de prorrogação da regularidade até Outubro de
115 2019. Após debates e esclarecimentos sobre elaboração da política pública para
116 regularização, a Presidente **Maria Patrícia** coloca então que há a proposta de colocar
117 um prazo intermediário, prorrogando a regularidade até Março de 2019. Não havendo
118 mais dúvida quanto ao assunto, a Presidente decide por colocar a proposta em regime
119 de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 4. Resolução que Dispõe sobre os**
120 **critérios, condições e procedimentos a serem observados para a instalação,**
121 **operação e manutenção de estações hidrometeorológicas, pelos**
122 **empreendimentos de geração de energia hidrelétrica outorgados de uso de água**
123 **em rios de domínio estadual no Rio Grande do Sul:** A Presidente **Maria Patrícia**
124 coloca que, na reunião de agosto, foi apresentado uma proposta de Resolução para o
125 monitoramento do Setor Elétrico. Após isso se formou um GT para elaboração da
126 proposta final. **Fernando Meirelles** faz esclarecimentos quanto a regulamentação das
127 CGH's e expõe que há uma Resolução conjunta ANEEL/ANA, nº 03, que estabelece
128 os critérios da localização das estações de monitoramento destes empreendimentos.
129 Cita então que foi elaborada uma Resolução SEMA e, foi apresentada a proposta à
130 ANA colocando que, no Estado do Rio Grande do Sul, em águas de domínio Estadual,
131 a localização das estações de monitoramento seja definida pelo DRH, o que foi
132 aprovado por parte da ANA. Expõe que isto otimiza a rede de monitoramento de
133 acordo com os critérios do DRH e Sala de Situação. Coloca que houve uma mudança
134 na proposta atual em relação a alça de vazão reduzida, pois houve uma demanda do
135 Setor Elétrico, que tem há ver com a vazão ecológica. A Presidente **Maria Patrícia**
136 coloca que houve o encaminhamento de uma proposta separada desta resolução,
137 pois, não tinha há ver com o monitoramento e sim com a vazão ecológica, que deve
138 ser debatida junto com o órgão ambiental licenciador. A sugestão, portanto, é
139 encaminhar este destaque para a CTASP, convidando a FEPAM para o debate na
140 reunião. Após esclarecimentos, a Presidente **Maria Patrícia** coloca que há a proposta
141 de Resolução e a proposta de destaque da questão de vazão reduzida a ser
142 encaminhada à CTASP para debates com a FEPAM. Portanto, não havendo mais
143 dúvidas, a Presidente decide colocar as duas propostas em votação. **Aprovado por**
144 **unanimidade. Item 5. Alteração Decretos 42.047/2002 e o Decreto 23.430/1974 e**
145 **Resolução de critérios gerais de outorga das captações de águas subterrâneas:**
146 **usos permitidos e valores de referência das vazões a serem outorgadas:** **Rejane**
147 **de Abreu**, chefe da divisão de outorga e representante da SEMA na Câmara Técnica
148 de Águas Subterrâneas, contextualiza quanto ao debate sobre a alteração dos
149 Decretos, expondo que a proposta atual é que, onde haja rede pública de
150 abastecimento, não haja poços destinados ao consumo humano, porém, seja possível
151 a utilização para outros usos. Expõe também que a proposta de Decreto irá alterar o
152 Decreto 42.047/02, pois a proposta atual estabelece que os poços de pequeno
153 diâmetro sejam tratados como poços tubulares. Cita que o DRH irá apresentar TR
154 para regularização desses poços de pequeno diâmetro que não tem regra definida
155 pela ABNT. Além disso, define os casos em que podem ser usados os poços do tipo
156 ponteira, nos casos de dessedentação animal, agricultura, e indústria. Cita ainda que,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

157 não existindo rede pública de abastecimento, esses poços tipo ponteira também
158 podem ser usados para consumo humano. E quanto aos poços escavados, só podem
159 ser utilizados para consumo humano em situações extremas, onde não há alternativas
160 para abastecimento público. Coloca também que na última reunião do CRH foi
161 aprovado a revogação dos artigos referentes à multa para quem iniciou perfuração
162 sem autorização. Na proposta atual, portanto, esses artigos foram revogados. Após
163 esclarecimentos, **Rejane** faz a apresentação da proposta de redação e cita que a
164 Resolução só poderá ser publicada após a alteração dos Decretos, pois a Resolução
165 contraria os Decretos vigentes até o momento. Após apresentação das propostas, não
166 havendo dúvidas, a Presidente **Maria Patrícia** decide por colocar a resolução em
167 regime de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 6. Alteração do Regimento**
168 **do Comitê de Gerenciamento do Baixo Jacuí:** **Carmem Silva** expõe que este item
169 já foi trazido na última reunião, porém, voltou para a plenária do Comitê para fazer
170 readequações. Revisadas as adequações feitas e, não havendo necessidade de
171 maiores esclarecimentos, a Presidente **Maria Patrícia** coloca a aprovação da
172 alteração do regimento interno em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.**
173 **Item 7. Alteração da Composição dos Comitês de Gerenciamento das Bacias**
174 **Hidrográficas do Rio Santa Maria e do Alto Jacuí:** **Carmem Silva** coloca que as
175 composições dos Comitês foram alteradas devido a necessidade de adequação à
176 Resolução nº 230/2017. **Eldo Costa** expõe que foi solicitado, ao CRH, a substituição
177 de uma Secretaria de Estado no grupo III, que seria a Secretaria de Minas e Energia,
178 pois não se faz presente nas reuniões do Comitê, pela SDR, que tem comparecido.
179 **Carmem Silva** esclarece que não tem definido quais secretarias devem compor os
180 Comitês e, portanto, o Comitê pode decidir quem convidar. Não havendo mais
181 dúvidas, a Presidente **Maria Patrícia** decide por colocar as duas alterações em regime
182 de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 8. Resolução CRH Nº 171 – Ad**
183 **Referendum Regimento Interno Comitê Sinos:** **Carmem Silva** expõe que a
184 resolução nº 171 havia sido aprovada, porém, na época o Comitê questionou a
185 aprovação, colocando que o regimento interno não havia sido debatido no Comitê.
186 Portanto, revogou-se a resolução e a proposta retornou ao Comitê para aprovação.
187 **Adolfo Klein**, presidente do Comitê Sinos, faz breve esclarecimento quanto ao
188 assunto, expondo que a proposta foi aprovada pelo Comitê na última reunião e
189 portanto retorna ao CRH para aprovação. Não havendo mais dúvidas, a Presidente
190 **Maria Patrícia** coloca a resolução Ad Referendum em regime de votação. **Aprovado**
191 **por unanimidade. Item 9. Cronograma de Reuniões do CRH para 2018:** A
192 Presidente **Maria Patrícia** cita as datas propostas e, não havendo sugestões para
193 alterações, coloca o cronograma em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.**
194 **Item 10. Prorrogação do Processo Eleitoral do Comitê Pardo:** **Carmem Silva**
195 expõe que o Comitê fez a adequação das categorias, resolução já publicada, porém o
196 Decreto ainda não foi. Cita que está no fim da gestão e o prazo regimental para
197 abertura do processo eleitoral é de até 120 dias antes do fim da gestão, portanto o
198 Comitê solicitou permissão para abertura do processo eleitoral no mês de Março. Após
199 breve debate, a Presidente **Maria Patrícia** coloca que a proposta, portanto, é prorrogar
200 o mandato até a data de 30 de Junho de 2018. Não havendo dúvidas, a Presidente
201 coloca a resolução em regime de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 11.**
202 **Definição de prazos processuais para suspensão de cadastros de uso de água e**
203 **de solicitações de outorga e regularização no ambiente do SIOUT:** **Fernando**
204 **Meirelles** coloca que existem prazos para suspensão das licenças ambientais, porém,
205 não há prazos para suspensão de cadastros no SIOUT. Coloca que a FEPAM trabalha
206 com o prazo de cerca de 120 dias, e cita que deve se trabalhar em cima disso para o
207 SIOUT. A ideia é definir até quando se ficará uma situação de cadastro ativo,
208 aguardando a documentação necessária para a emissão de outorga ou dispensa. A



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

209 Presidente **Maria Patrícia** exemplifica colocando que, havendo uma solicitação de
210 outorga ou de dispensa de outorga e, sendo solicitada a complementação da
211 documentação pelo técnico da SEMA, quanto tempo se aguardaria o envio da
212 documentação até o cadastro perder a validade e o usuário ter de reiniciar o processo
213 de solicitação de outorga. Coloca então que a ideia é fazer uma portaria definindo este
214 prazo. Após debates e esclarecimentos, a Presidente **Maria Patrícia** faz a proposta de
215 o DRH elaborar uma minuta para ser apreciada e debatida na próxima reunião. Não
216 havendo objeções, o item foi retirado de pauta para ser trazido novamente na reunião
217 de Março de 2018. **Item 12. Cronograma de Implantação do SIOUT: Fernando**
218 **Meirelles** coloca que estava prevista para agosto a integralização do SIOUT, porém
219 não foi efetivado. Cita que haverá reunião com a UFLA para verificar as melhorias do
220 sistema. Faz esclarecimentos quanto as melhorias apresentadas pela UFLA e cita que
221 há a necessidade de testar os produtos apresentados, portanto, o novo cronograma
222 para integralização do SIOUT passou para Março de 2018. **Assuntos Gerais:**
223 **Fernando Meirelles** convoca a técnica **Raíza Schuster**, chefe da divisão de
224 planejamento e gestão em recursos hídricos, para apresentar a proposta de relatório
225 anual de recursos hídricos. **Raíza** cita que está na Lei 10.350/94 como atribuição do
226 DRH a apresentação de tal relatório, porém, não era realizado desde 2012. **Raíza**
227 apresenta o relatório proposto e cita que o mesmo será enviado para os Comitês para
228 contribuições e, na reunião de Março do CRH, será abordado para apreciação e
229 aprovação. Não havendo mais nada a ser tratado, a Presidente **Maria Patrícia** deu a
230 reunião por encerrada.